ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2020

--------- Aos dez dias do mês de novembro de 2020, no Cineteatro Municipal João Mota, realizou-se a segunda reunião da sessão extraordinária de novembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

--------- **1. Apreciação da Atividade Municipal;** ----------

--------- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: ----------

--------- Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra da Conceição Cacela Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro. ----------

--------- Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luisa Margarida Cagica Carvalho, João Filipe Paulo Pólvora, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso e Faustino Marques; ----------

--------- Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves; ----------

--------- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues; ----------

--------- Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra. ----------

--------- Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes, e a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos.----------

--------- Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas.----------

--------- Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos

Vereadores Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva, José Henrique Peralta Polido e Francisco José Pereira Luís. ----------

--------- Justificou a igualmente a ausência da Deputada Bertina Pereira João Duarte, também por razões de ordem profissional, tendo sido substituída pelo Deputado Faustino Marques. ----------

--------- De seguida, declarou aberto o **Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD),** com uma Recomendação com o título **"Apoio a famílias"**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE e que não tinha sido apresentada nem deliberada por ter sido acordado, ao nível da Comissão de Líderes, que transitasse da sessão de 06 de novembro para a reunião de hoje. ----------

--------- Foi cedida a palavra ao proponente, **Deputado José Guerra**, que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Recomendação tinha como fundamento, situações que não se viviam apenas no Concelho mas também a nível nacional, relativamente a quem tinha muitas dificuldades em resistir a esta vaga de despedimentos e pré-falências, tendo levado ao aumento de pedidos de ajuda às IPSS, Poder Central e Poder Local. Referiu que o facto de esta Recomendação poder "baixar" à respetiva Comissão, não significava que o Deputado não concordasse com a mesma no seu essencial. Disse que o primeiro parágrafo do documento especificava uma família da Quinta do Conde e que esta situação já tinha sido tornada pública ao nível dos órgãos de comunicação social nacionais. Referiu que para não fazer o mesmo papel que a Comunicação social, em divulgar a entidade destas pessoas, tinha concordado em "baixar" este documento mas manter as mesmas recomendações a todas as Entidades, incluindo o Governo.----------

--------- Tomou do uso da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Antunes**, que cumprimentou todos os presentes e propôs que o documento fosse retirado e trabalhado com o rigor e respeito merecido. Disse que a Recomendação apresentada era direcionada para um agregado familiar e pecava pela falta de rigor e respeito para com as pessoas. Disse que se o BE recomendava à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, algo que passasse a ser feito, representando uma enorme falta de respeito pelas Entidades e pelas pessoas que faziam o seu melhor para poder responder às necessidades dos munícipes. Disse estar a referir-se à Junta de Freguesia, aos seus eleitos e trabalhadores, que fizeram o que estava ao seu alcance no âmbito das suas competências. Disse o mesmo dos trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra, mais concretamente do Serviço de Ação Social e das suas técnicas. Referiu ainda o empenho do Centro Comunitário da Quinta do Conde, bem como a paciência de várias das suas Técnicas. Fez ainda referência à Associação "Sol Fraterno" de Oeiras, cuja generosidade merecia outro respeito. Acrescentou ainda que o BE sabia o porquê do casal não reunir sequer condições para se inscrever na lista de candidatos a uma habitação social, o principal problema em causa. Perguntou, não obstante a também

respeitável ação de algumas das Técnicas da Ação Social, se o Deputado José Guerra sabia porque é que este agregado familiar não era beneficiário do RSI (Rendimento Social de Inserção).----------

--------- Salientou que enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e cidadão, esta situação o preocupava mas a generosidade e responsabilidade não deviam ser confundidas com obrigação ou com a legitimidade para resolver este problema que cabia, em exclusivo, à segurança Social e que aqui, conforme se estava a ver, era isenta. ----------

--------- Interveio novamente o **Deputado José Guerra** que disse que o BE não tinha as informações dadas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e que se concordara em retirar este documento na última reunião da AMS, tinha sido porque o Deputado João Valente havia explicado que havia outros contornos dos quais não havia conhecimento. Disse ainda que a pessoa que se tinha dirigido às instalações da Junta de Freguesia era militante do Bloco de Esquerda mas que o tinha feito em nome individual porque trabalhava como elemento feminino deste agregado familiar.----------

--------- Foi dada a palavra ao **Deputado João Valente** que cumprimentou todos os presentes e disse que o próprio se tinha dirigido à bancada do BE para questionar sobre a necessidade da existência de um rigor maior para a apresentação deste tipo de Recomendações. Era óbvio que o rigor passaria também por dizer para quem este documento deveria ser dirigido, pois no final do mesmo, surgiam as duvidas para quem era destinado embora no seu texto fizesse referência à CMS e à Junta de Freguesia da Quinta do Conde. Disse que neste momento, o Centro Comunitário da Quinta do Conde apoiava mais de 600 agregados familiares todos os dias sem exceção e que esta família fazia parte destes agregados familiares. Destacou que esta situação era do conhecimento da Segurança Social e que há cerca de 2 ou 3 semanas, o canal televisivo CMTV tinha visto a oportunidade de fazer mais uma notícia mas a verdade era que tinha sido feita referência de que contava com a ajuda, em termos alimentares, de uma instituição que não era da freguesia da Quinta do Conde.----------

--------- Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro**, que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Recomendação se podia caracterizar pela falta de rigor. Descrevia um caso isolado e específico que se passava na Quinta do Conde e certamente que existiriam outras situações tão ou mais graves que esta e que necessitavam de atenção e na opinião do MSU, esta situação não devia ser trazida desta forma para a Assembleia Municipal, não sem antes se tomar um conjunto de medidas, verificação e apuramento da situação em concreto. Referiu que a sugestão inicial da sua bancada seria o proponente retirar esta Recomendação porque não fazia sentido mas que se o mesmo estivesse disponível para fazê-la "baixar" à Comissão respetiva no sentido de se fazer os apuramentos necessários e de trazer uma

Recomendação com sentido, o MSU estaria disponível para apoiar. ----------

--------- Interveio o **Deputado Pedro Mesquita**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a opinião do PS não iria ser muito diferente das já ouvidas e vincou que em matéria de questões sociais, deveria haver uma atenção e acompanhamento para verificação da veracidade dos factos. Disse ser importante que este assunto fosse estudado e analisado e que se houvesse alguma falha, fosse de quem fosse, deveria ser retificada. Disse que a bancada do PS era igualmente da opinião de que a Recomendação deveria "baixar" à Comissão respetiva para análise e avaliação da veracidade dos factos.----------

--------- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Recomendação demonstrava bem o "desnorte" em que se encontrava o BE. Referiu ainda a leviandade com que este Partido apresentava este tipo de documentos numa Assembleia Municipal. Disse ainda que este documento deveria ser para depois, os "indignados" do BE aparecerem nas ruas do Concelho para dizer que tinham entregue uma Recomendação e que todos os outros Grupos Políticos a tinham rejeitado ou não a tinham aprovado. Disse que depois de ter ouvido o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e os Deputados, compreendia que o Deputado José Guerra aceitasse "baixar" o documento à Comissão, uma vez que nem o próprio percebia o que estava escrito no mesmo.----------

--------- O Deputado perguntou o que é que este documento iria fazer para uma Comissão e pediu que lhe conseguissem explicar o que iria ser debatido, porque existiam mais famílias nesta situação e era sabido que tanto a CMS como a Junta de Freguesia apoiavam estas famílias, pois era conhecido o trabalho desenvolvido. Disse ainda que se estava a individualizar uma família. ----------

--------- Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que enquanto Coordenador da Comissão Sociocultural, não via necessidade alguma deste documento "baixar" à Comissão porque o primeiro parágrafo retratava uma família em questão, tratando-se de um caso muito pessoal e a Comissão não deveria averiguar casos especiais e familiares, pois existiam Entidades responsáveis para tal. Relativamente ao segundo parágrafo, o Deputado disse que o BE deveria andar distraído nestas Assembleias Municipais porque já tinha aqui sido referido, por várias vezes, os apoios sociais dados às famílias durante a grave crise que se estava a atravessar. ----------

--------- Interveio o **Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e disse que lhe parecia extemporâneo que esta Recomendação "baixasse" à Comissão, pois não se conseguiria mudar algo que na sua génese, estava um pouco descontextualizada. Disse que esta situação tinha estado presente na comunicação social nacional e que no dia 04 de novembro já tinha sido abordada na reunião de Câmara e até colocada na agenda pelo Vereador Américo Gegaloto, que tinha solicitado esclarecimentos, tendo sido

feito um ponto de situação relativamente à família em questão. Referiu que mesmo sendo um caso conhecido na opinião pública, era preciso saber quais as circunstâncias e a situação da família. Disse que este era um daqueles casos paradigmáticos em que a rede social funcionava na sua plenitude, desde a Segurança Social às Instituições do Concelho, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia e que por vezes, as expectativas que um determinado agregado familiar pudesse ter numa determinada maneira em concreto, é que poderiam ser mais difíceis de alcançar, face a toda a Regulamentação em vigor e muitas vezes havia situações que surgiam à CMS no quotidiano do dia-a-dia de pessoas a requerer uma habitação social mas que depois de feitas as contas e as regras com base numa Legislação que até estava em vigor e que não era o Regulamento Municipal, não havia um enquadramento sequer para a atribuição de uma casa em renda apoiada e muitas das vezes era essa a expectativa. ----------

--------- O Presidente disse que tinha vindo a ser levantada em reuniões de Câmara o ponto de situação das carências sociais do Concelho. Disse também que a rede social tinha vindo a funcionar, de acordo com aquilo que estava ao seu alcance e com o apoio de muitas empresas privadas que colaboravam, na sequência daquilo que tinha sido a pandemia e não havia relatos de ausência de resposta da CMS relativamente aos problemas que tinham surgido no Concelho, e que muitas das vezes, ultrapassando aquilo que eram as suas competências, tinha de garantir que este apoio não falhasse. Tratava-se de uma questão sensível e não se tratava de uma questão do documento "baixar" à Comissão mas sim em votar ou não. Disse que a partir do momento em que se fazia política com esta situação, começava a ser mais complicado. ----------

--------- Tomou do uso da palavra a **Vice-presidente da CMS, Felícia Costa**, que cumprimentou todos os presentes e disse que esta situação era conhecida pelos Serviços da CMS e também por todos os parceiros que faziam parte da rede social ainda antes da pandemia. Disse que esta família era acompanhada pelo Serviço da Educação desde setembro de 2019, com o primeiro ato de inscrição destas crianças numa escola do Concelho. Disse que antes das situações descritas como o aumento do desemprego e do fim das moratórias, esta família tinha inscrito as crianças sem fazer uma candidatura à ação social escolar, tendo sido atribuído um valor de refeição em 1,40€, valor atribuído a quem não entregava documentos e que à partida estava a abdicar de qualquer apoio que pudesse ser dado em função dos seus rendimentos. Como esta família foi acumulando dívidas ao longo destes meses, em janeiro de 2020, após várias tentativas, a Autarquia conseguiu falar com os pais destas crianças para relembrar que havia uma dívida de refeições não pagas, que nesta altura já rondava os 180€, tendo sido nesta altura que informaram que estavam numa situação de desemprego. Nessa altura, a Câmara informara que se a situação era de desemprego, a única

coisa que poderiam fazer era entregar, nos Serviços da CMS, uma declaração da Segurança Social a confirmar esta situação, sedo depois recalculado o escalão e atribuído o "A", deixando de ter a dívida relativamente às refeições. Informou que em março, aquando da interrupção da escola, estas crianças continuaram a receber as refeições em casa e tiveram todo o ano letivo a receber as refeições ao domicílio, tal como acontecera a centenas de crianças do Concelho. Referiu que para além deste apoio, por via de um Protocolo com várias Entidades, eram também fornecidos cabazes alimentares e refeições confecionadas a um conjunto de famílias que estavam referenciadas e sinalizadas pelos diversos serviços, o que também tinha acontecido com esta família, designadamente pelo Centro Comunitário da Quinta do Conde, tal como já havia sido esta noite referido. ----------

--------- A Vice-presidente disse que a Autarquia reportara toda a situação desta família à Segurança Social, que por sua vez, atribuiu subsídios eventuais a esta família, permitindo-lhes pagar as suas despesas de água, luz, gás e fazer face ainda a algumas despesas. Informou ainda que a CMS sabia que esta família estava sinalizada pela Cáritas, estando também a receber apoio alimentar e outro por uma Instituição de Oeiras que também já tinha sido aqui referida, para além dos apoios que, em termos locais, lhe tinham sido fornecidos pela CMS e pelas IPSS. Disse também ter sido recalculada a dívida da água desta família e que neste momento era aplicado um tarifário social da água para poder comportar esta despesa. Disse também que a Autarquia tinha feito um contacto com a Segurança Social para a atribuição do RSI, só que, pelos valores que este agregado familiar tinha no seu conjunto, ultrapassava aquilo que era o seu *plafon* nacional para poder ser atribuído qualquer apoio para além os subsídios eventuais que a Segurança Social tinha vindo a dar a esta família. A CMS tentou minimizar os problemas sociais e económicos desta família através do fornecimento de fraldas para os dois idosos referidos na Recomendação, não apenas pelos Serviços da CMS mas também pelas diversas Instituições municipais e de fora do município que acompanhavam esta situação, bem como a distribuição de remédios. Disse que a Câmara tem tentado fazer algumas visitas domiciliárias para perceber em que situação é que a família vivia e que outros tipos de apoio seriam necessários para os idosos deste agregado familiar. O que acontecia era que esta família nunca permitira a entrada de ninguém no seu domicílio e que todas as vezes que era agendada uma visita domiciliária com os Técnicos da Segurança Social e da Câmara Municipal, era sempre desmarcada em cima da hora, com a justificação de que não era possível recebê-los. Disse que a situação final desta família era, neste momento, a mãe das crianças, que se encontrava a trabalhar numa escola da Quinta do Conde, onde trabalhava 3 horas diárias, sendo remunerada e que almoçava na escola sem pagar a refeição que era fornecida pela Câmara. Este agregado acabava por ter mais apoios que outras famílias, pois a CMS tinha uma rede bem

estruturada, em que fazia o cruzamento dos apoios dados por cada uma das Instituições, pois certamente que com a pandemia, estas necessidades e carências sociais e económicas tinham sido reforçadas. Estes apoios não eram possíveis de cruzar com Instituições de fora do Concelho, e esta família nunca tivera problemas em termos de alimentação, alimentos, verbas para pagamento de algumas despesas, apoio ao nível dos idosos. A Vice-presidente disse que a rede social de Sesimbra funcionava muito antes da pandemia e que já havia uma estrutura de parcerias, há muitos anos, com um conjunto de apoios, permitindo a sinalização de todas as famílias e que as que não estavam sinalizadas eram as que não se dirigiam aos Serviços da Autarquia ou porque tinham chegado há pouco tempo ao Concelho. Disse que a situação mais dramática desta família era a questão da habitação, não podendo ser candidata à habitação social da Câmara porque o Regulamento Social definia que só se poderiam candidatar após 3 anos de residência no Concelho, o que não era o caso porque residia apenas desde finais de 2018 em Sesimbra. Após este tempo, poderá candidatar-se e concorrer, com um outro universo de famílias, para a atribuição, ou não, de uma casa. Disse ainda que a rede de parceiros funcionava de uma forma sistémica e estruturada, sabendo que o Concelho de Sesimbra, à semelhança da maioria de outros concelhos do país que viviam situações preocupantes em termos de desemprego e fragilidade económica de muitos dos agregados familiares e que esta rede, da forma como estava montada e com os apoios que conseguia arranjar por parte das instituições locais e das Autarquias, acreditava que nada faltava a estas famílias, pelo menos a nível alimentar, de vestuário, de medicamentos e a nível técnico.----------

--------- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse ter ficado elucidado com a explicação dada pela Vice-presidente e pelas intervenções dos Deputados, tendo percebido que havia coisas que desconhecia relativamente a esta situação. O Deputado retirou o documento para elaborar uma nova Recomendação mais esclarecedora.----------

--------- A **Presidente da AMS** disse que, com os contributos dados, tinha ficado clara a caracterização desta família, tendo o Deputado José Guerra proposto a retirada deste documento para posterior apresentação.

--------- Não tendo sido rececionado qualquer pedido de inscrição para intervenção no "Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos", teve início em seguida, o **"Período da Ordem do Dia"** com o único ponto da Ordem de Trabalhos: **"Apreciação da Atividade Municipal".** ----------

--------- A Presidente disse que este ponto já havia tido 2 adiamentos nas sessões de setembro e mais recentemente, na sessão do passado dia 06 de novembro. Chamou a atenção para o referido no Regimento da AMS relativamente ao tempo das intervenções de cada Grupo Municipal, correspondente a 10 minutos, uma vez que havia quem residisse fora do Concelho e o dever de recolher obrigatório era até às 23h. ----

--------- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e lamentou que ainda não tivesse sido recebido o Relatório de Atividade do 3º trimestre de 2020. Pediu que no futuro, independentemente de haver ou não reuniões, os relatórios fossem remetidos pela CMS ao Serviço da AMS, para uma possível análise dos documentos, uma vez que o último relatório havia terminado em julho e já se estava em novembro, havendo um desfasamento enorme. ----------

--------- Relativamente ao ponto da Ordem de Trabalhos, disse que na reunião de julho, havia uma situação de um prédio que era dado como tendo um mau estado de conservação e que resultara de uma vistoria realizada no dia 05 de fevereiro de 2019, ou seja, uma decisão tomada quase um ano e meio depois. O Deputado perguntou se se tratava de uma situação excecional devido aos condicionalismos atuais, levando a este atraso ou se era normal que houvesse tanto tempo entre uma vistoria e a sua decisão. O Deputado referiu ainda a requalificação do Mercado Municipal de Sesimbra e perguntou se tinha havido alguma alteração no tipo de empreitada e de que tipo se tratava. Em seguida, disse que numa reunião da CMS realizada em agosto, havia um Protocolo celebrado entre a Autarquia e uma Instituição e que o clausulado nesse mesmo Protocolo dizia o seguinte: *"…a não afetação do montante atribuído aos fins a que se destina implica a sua devolução."* . O Deputado perguntou se a CMS tinha forma de mensurar e de acompanhar estes Protocolos, ou seja, se havia alguém na Autarquia que acompanhasse e validasse os mesmos. ------

--------- Em relação à obra de requalificação do Parque Urbano da Mata Vila Amália, disse ter sido revogada a decisão de contratar uma determinada empreitada e perguntou quais os motivos dessa revogação. ----

--------- O Deputado disse ainda ter acompanhado nas notícias, não especificamente em relação a Sesimbra, mas que havia um problema em relação às gaivotas e aquilo que afetava as condições dos estabelecimentos com esplanadas e até a saúde pública e perguntou ao Presidente da Câmara se em relação em Sesimbra, tratando-se de uma zona piscatória e à beira-mar, se havia alguma situação que obrigasse a algum acompanhamento e se existia alguma situação de risco relativamente à proliferação de gaivotas. ----------

--------- Uma outra questão que já havia levantado há algum tempo tinha a ver com o facto de, em períodos de nevoeiro, as luzes dos Pinheirinhos, na Azoia, localidade onde era residente, davam a sessação de haver um fogo ativo e perguntou se já alguma vez, alguém da população tinha telefonado para a Proteção Civil a informar que havia um fogo porque esta situação dava a sensação da existência de chamas na encosta do lado dos Pinheirinhos e que valeria a pena, se fosse possível, mudar esse tipo de iluminação. ----------

--------- Em seguida, perguntou se era verdade que os alunos da Escola Secundária Michel Giacometti que levavam comida de casa, não tinham onde comer e perguntou se já havia acesso ao refeitório da escola

porque esta informação tinha sido divulgada. ----------

--------- Relativamente ao Covid-19, disse ter havido uma informação de que haveria já casos no Agrupamento de Escolas de Sampaio, bem como noutros Agrupamentos e solicitou que fosse feita uma resenha da situação atual do panorama do Covid-19, relativamente a preocupações e ações a desenvolver por parte da Autarquia. ----------

--------- Disse ter havido uma situação apresentada aos Deputados Municipais por um Sr. chamado José Carlos André, relativamente à alteração da cor da fachada de uma moradia geminada e perguntou se esta situação já tinha sido ultrapassada.----------

--------- Para terminar, disse que na última reunião da CMS, tinha sido decidida a mudança do Revisor de Contas e do Auditor Externo e perguntou se essa alteração tinha a ver com alguma situação de insatisfação pelo desempenho do anterior Auditor ou se se tratava apenas de uma questão concorrencial. ----------

--------- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e disse que, conforme previa a Lei-Quadro 50/2018, a partir de janeiro de 2021, consideravam-se transferidas todas as competências do Poder Central para o município de Sesimbra, exceto nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social, conforme decisão tomada por esta Assembleia a 25 de setembro deste ano. Face a esta imposição legal, o Deputado disse que a bancada da CDU gostaria de perguntar se o Executivo tinha em seu poder, algum estudo ou elementos, que pudesse fornecer, sobre quaisquer meios financeiros, humanos e materiais necessários para fazer face às transferências delegadas. Perguntou ainda se tinha conhecimento de quais os meios, particularmente os financeiros, que o Estado se propunha a transferir para o município de Sesimbra. ----------

--------- Perguntou também se, face aos elementos disponíveis, se seria possível dizer de quanto é que esta transferência de competências custaria aos cofres da Autarquia. ----------

--------- O Deputado disse que na terça-feira da semana passada, a ANMP havia reunido na Assembleia da República com a Comissão de Orçamento e Finanças, tendo sido entregue e discutido, um Parecer da ANMP, que considerava ser fundamental que o Orçamento de Estado para 2021 incluísse os meios que permitissem que os municípios fossem ressarcidos das despesas que estavam a suportar no âmbito do Covid-19, cujos custos/despesas se situavam nos 195 milhões de euros, para evitar que os municípios fossem colocados numa situação de défice orçamental, como previa o próprio Relatório do Orçamento de Estado. Era também referido que este orçamento não poderia colocar em causa o enorme esforço de estabilização financeira que tinha sido feito na generalidade dos municípios. Face a esta situação, o Deputado questionou se o Executivo tinha em seu poder os valores aproximados de quanto é que a CMS

havia suportado nos vários apoios e ajudas disponibilizados no combate à Covid-19. ----------

--------- Foi cedida a palavra à **Deputada Sandra Carvalho**, que cumprimentou todos os presentes e disse que recentemente, tinham sido presentes a reunião de Câmara, dois apoios. Um referente ao associativismo local e o outro ao comércio local. Perguntou se seria possível serem dadas algumas informações sobre o tipo de apoios em que se consubstanciavam e a abrangência dos mesmos. Perguntou ainda como é que o município estava relativamente aos estabelecimentos de turismo em Sesimbra e se existiam situações de encerramento, pré-encerramento e falência. Para terminar, a Deputada perguntou se já existia alguma extensão de Portaria de encargos relativamente ao Tribunal de Sesimbra, uma vez que se tratava de uma obra que fazia alguma falta.----------

--------- Interveio o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que era intenção da Comissão "3" ter reunido com a Vice-presidente da CMS e com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho para ser feito um breve balanço do início do ano letivo, mas que devido à situação atual, tinha sido entendido não o fazer. O Deputado perguntou, nomeadamente sobre a retirada do amianto, em que situação se encontrava o Protocolo de assinatura com o Ministério da Educação, uma vez que as escolas eram da responsabilidade deste Ministério, e que as escolas do pré-escolar e 1º ciclo não tinham necessitado dessa retirada.- Disse ter sido apontado um valor base de referência de 55.000€, pelo Ministério da Educação, e perguntou se este valor era real. ----------

--------- Relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse que a obra se tinha iniciado e já se estava no final do ano de 2020, não se sabendo se as verbas respeitantes a esta obra e que ainda não tinham sido transferidas para a Autarquia de Sesimbra, estavam no Orçamento Geral do Estado. Ainda em relação ao ano letivo escolar neste estabelecimento de ensino, disse ser sabido que devido à obra, tinha sido necessário demolir alguns pavilhões. Tratava-se de uma escola em sub-lotação com sérias dificuldades, onde já se davam aulas em arrecadações, em vãos de escadas e até no refeitório com a existência destes pavilhões e perguntou como é que esta situação tinha sido resolvida, agora que os pavilhões eram inexistentes. Referiu que existia um equipamento em Sesimbra que se encontrava praticamente ao abandono e que era o edifício da FOR-MAR e que tinha sido encetado algum contacto com o Ministério da Segurança Social e do Trabalho para que esse edifício, face à situação de pandemia que se estava a viver, pudesse ser adaptado às turmas do 9º ano para terem aulas. ----------

--------- Sobre a Escola Michel Giacometti, perguntou se existia alguma perspetiva, por parte do Ministério da Educação, em fazer uma intervenção de fundo, uma vez que estava bastante necessitada. ----------

--------- Disse ainda que há cerca de um ano, esta Assembleia Municipal havia aprovado uma Moção sobre

a rede SIRESP no Concelho e as suas zonas negras. Disse que até à data, não tinha sido recebida qualquer informação por parte do Ministério da Administração Interna ou de algum representante seu sobe o documento elaborado. Questionou se a CMS tinha obtido alguma resposta e se algo se tinha modificado entre a data da Moção e o dia de hoje.----------

--------- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que perguntou qual era a evolução da situação do aterro do Zambujal. Relembrou ainda que no dia 16 de novembro de 2018, o PSD havia apresentado uma Recomendação sobre o posicionamento dos contentores colocados pela Amarsul no Concelho e que, passados dois anos, não se sabia para quando esta recolocação em locais apropriados porque na altura, tinha sido referenciado que se encontravam em cima dos passeios ou na via pública, o que não era normal.

--------- Relativamente ao amianto, perguntou qual o valor previsto para a CMS gastar nesta intervenção que não era da sua competência. Pediu ainda que fosse falado sobre as Brigadas Rápidas de Intervenção devido ao Covid-19 e que tinham sido anunciadas para todo o País. O Deputado perguntou ainda como é que estava a decorrer a vacinação da gripe nos Centros de Saúde----------

--------- Questionou a sobre o processo das permutas de lotes de zona verde, zona de equipamento e de atravessamento relativamente ao à Urbanização da Ribeira do Marchante, localizada abaixo do cemitério da Quinta do Conde. Perguntou também o porquê do abandono da Augi 24 da Ribeira do Marchante.----

--------- Pediu ainda que fosse feito um balanço do Verão de 2020 nesta era Covid em termos de restauração e hotelaria. ----------

--------- Para terminar, o Deputado disse que a Câmara havia colocado, e muito bem, uns abrigos no Centro de Saúde de Santiago e perguntou se estava prevista a mesma colocação nos outros dois Centros de Saúde (Castelo e Quinta do Conde). Em relação ao Santuário do Cabo Espichel, perguntou se já havia alguma evolução em relação ao Acordo com a Igreja e como é que estava a decorrer o processo de tal Candidatura. Por último, pediu informação sobre o Programa Nacional de Investimentos 20/30 e quais os investimentos previstos para o Concelho de Sesimbra.----------

--------- Tomou do uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e questionou, relativamente à Escola nº2 da Quinta do Conde, de que forma estava a decorrer o seu funcionamento e a partir de quando é que começaria a funcionar o 1º ciclo. Disse ainda que os Transportes Coletivos do Barreiro já faziam paragem na EN10, no nó desnivelado da Quinta do Conde, o que ajudava a descongestionar os transportes entre Coina e a Quinta do Conde, embora muitas pessoas ainda não se tivessem apercebido da existência deste recurso.----------

--------- Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano**, que cumprimentou todos os presentes e solicitou

que fosse feito um balanço da época balnear, da situação geral do Covid-19, do *email* endereçado pelo munícipe, tal como já havia sido referido pela bancada do MSU. Disse que e o Festival da Liberdade tinha sido cancelado e perguntou qual seria a situação agora. Em relação aos temporais disse que teriam havido mais ocorrências de quedas de bloco de salina no Porto de Abrigo, pois uma das barreiras de dinâmica já estava danificada e que numa breve passagem pelo local durante este fim-de-semana, pareceu-lhe haver mais situações. Disse ter ainda detetado, que na estrada nascente por trás do Sana Parque, havia um talude com pequenos blocos e sugeriu que fosse feita uma vistoria através da Proteção Civil. Referiu ainda que pelos dados que tinha, o número de camas de alojamento turístico em Sesimbra rondaria as 1200, o que talvez fosse um número por defeito e perguntou se estava alinhado com a estratégia de delineamento do PDM.-- ----------

--------- Interveio o **Deputado Pedro Mesquita** que disse passar diariamente pela Escola nº2 da Quinta do Conde e perguntou para quando é que as estruturas envolventes desta escola estariam prontas, uma vez que havia situações que se arrastavam há meses, desde cortes de pavimento, remendos com areia, brita, entulho, o que danificava os carros. Disse que para agravar a situação, há cerca de um mês, tinha sido cortada a rua envolvente à escola, desviando o trânsito para uma rua nas traseiras que, curiosamente tinha o seu pavimento cortado e rasgado, ou seja, foi uma situação ainda pior. Referiu que seria uma questão de respeito por quem lá passava e morava que fosse colocado algum alcatrão para que os utilizadores dessa via tivessem as condições mínimas para circular, uma vez que tinham sido efetuados remendos com areia amarela devido às chuvas e que não percebia qual o papel da CMS para fazer isto. O Deputado perguntou ainda como estava a situação das luminárias na Quinta do Conde. ----------

--------- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que durante a tarde de hoje, tinham estado a ser queimados resíduos na zona da Aiana, provocando um fumo negro bastante denso e perguntou se era normal ou se tinha havido um motivo específico. Disse que o Executivo da CMS teria agora um acordo com um abrigo de animais que não se localizava no Concelho de Sesimbra que nem sequer era considerado de interesse público e perguntou o que é que tinha levado a esta escolha. ----------

--------- Relativamente ao canil municipal, referiu que já tinha animais mas que não tinha luz elétrica e perguntou o porquê. Questionou também se tinha havido algum aumento significativo, nesta segunda vaga da pandemia, das pessoas recorrerem aos apoios sociais. Perguntou se tinha havido algum alerta sobre a possibilidade de haver pessoas a poder perder as suas casas devido à situação de passarem a pagar renda aos Bancos.----------

--------- Relativamente às grandes obras, o Deputado questionou se tinha havido algum avanço

relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, aos Centros de Saúde de Santiago e Quinta do Conde, o Tribunal de Sesimbra e Santuário do Cabo Espichel e quais as perspetivas das mesmas virem a avançar. Perguntou ainda se havia conhecimento da existência de edifícios camarários ou do Poder Central, a nível cultural ou religioso no Concelho, que não estivessem em funcionamento e que pudessem servir, em caso de necessidade, para dividir turmas devido à questão da pandemia para aligeirar a questão da quarentena.----------

--------- Foi cedida a palavra ao **Deputado Faustino Marques** que cumprimentou todos os presentes e informou que a Instituição da qual era dirigente, o Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2 se passara a designar Centro Social Cultural e Desportivo da Quinta do Conde. Salientou que o seu entendimento sobre as obras a decorrer na Escola nº2 da Quinta do Conde seria de congratular-se pela forma como as obras estavam a decorrer. Disse haver algumas restrições para os moradores e todos os que utilizavam o espaço envolvente mas considerava que a CMS estava a fazer os esforços possíveis para a concretização da obra. Disse que em tempos, havia sido aprovado por unanimidade, o prolongamento da Rua António Sérgio com a Rua Guadiana em fazer o alargamento de 4 metros para estacionamento. ----------

--------- Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse que entre os anos de 2011 e 2015, se havia assistido, e muito bem, a certas perguntas ao Executivo, para saber se o Governo da altura avançaria, ou não, com certas obras. Era certo que passados 5 anos, o Deputado não poderia deixar de continuar com essas perguntas, agora de uma bancada oposta porque durante o período já referenciado, uma vez que a bancada do PSD havia assumido o compromisso de defender os interesses do Concelho. ----------

--------- Disse que recentemente, tinha estado a ver as necessidades em termos do Distrito e que se espantara ao ver que não existia nenhum Concelho que não tivesse um problema numa escola e em relação à Escola Secundária da Quinta do Conde, perguntou se haveria escola e se o Governo, através do Ministério da Educação faria as obras de remodelação da Escola Michel Giacometti. Disse ainda ser sabido que o Centro de Saúde só estava a avançar porque a CMS "se tinha chegado à frente" e questionou como é que estavam os processos da construção e do dinheiro. Relativamente à USF da Quinta do Conde, já tinha sido falado que seria construída uma nova Unidade, depois falou-se da recuperação das velhas instalações e depois a ampliação do atual. Disse que não se tratava de uma questão do Covid-19 porque este problema já se arrastava há muito antes da pandemia e era sabido que o Covid-19, hoje em dia, dava para muita coisa. Perguntou, caso não houvesse um novo quartel da Quinta do Conde, se a Câmara ponderava pedir novamente, os terrenos ao Ministério da Administração Interna porque senão, algum dia até esses seriam penhorados. ----------

--------- Referiu ainda a questão da variante do Porto de Abrigo e do Hospital do Seixal. Disse que já tinham sido lançadas pedras de construção deste Hospital por duas vezes e perguntou como estava o ponto de situação, tendo em conta que o Concelho de Sesimbra tinha interesse nesta construção. O Deputado disse não conseguir visualizar qualquer verba concreta no Orçamento de Estado para a execução destas obras. --------- Disse ainda que a construção do Tribunal de Sesimbra, provavelmente só iria avançar com verbas da Autarquia. ----------

--------- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e perguntou quais tinham sido os investimentos de referência que o PSD tinha realizado no Concelho de Sesimbra, pois até agora, não tinha conhecimento nenhum. O Deputado começou por perguntar o estado da obra do PAMUS (Plano Ação de Mobilidade Urbana Sustentável) na Cotovia, que tinha tido muita atividade no Verão, tendo até causado perturbação no trânsito durante todo esse período e agora era percetível que as obras não estavam a avançar. Perguntou também como é que estava o processo da concessão da Ala Norte do Cabo Espichel. Sobre a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse ser conhecida a tentativa de se utilizar as instalações do FOR-MAR mas que pelo que era sabido pelos seus responsáveis, não existiam condições de segurança no interior do edifício e como tal, não era possível fazer essa utilização. O Deputado relembrou que no dia 25 de setembro, tinha sido aprovada uma Recomendação na qual era referido o acordo feito entre o município e a Secretaria de Estado da Educação, embora o mesmo só tivesse sido colocado no Diário da República (DR) no dia 30 de outubro, ou seja, já depois da aprovação da Recomendação. Questionou se era necessário que esse acordo fosse publicado em DR para haver Portaria de Extensão de Encargos e o porquê de só ter sido publicado agora e que se havia conhecimento disso, o porquê de não ter sido referido aquando da discussão da Recomendação. ----------

--------- Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que disse que iria tentar saber a situação do Relatório do 3º trimestre da Atividade Municipal e que depois seria remetido à Assembleia. Relativamente à questão colocada pelo Deputado João Rodrigues sobre o mau estado de conservação do prédio, disse ter havido duas vistorias, uma que tinha a ver com a situação já levantada há algum tempo até pela Junta de Freguesia do Castelo e que tinha a ver com uma edificação em Santana e que já tinha sido presente à CMS por três vezes, e que neste momento havia um Projeto de demolição total quando inicialmente era parcial, incluindo a reconfiguração do passeio naquela zona. Essa questão poderia levar algum tempo mas tinha a ver com os benefícios fiscais para a reabilitação e as vistorias eram pedidas sob esse âmbito. Relativamente ao Mercado Municipal de Sesimbra, disse que o que tinha ido à Câmara tinha sido o Relatório final de empreitada e a correção de deficiências e deveria ter sido nomeado o Técnico responsável para este

acompanhamento, não tendo havido nenhuma empreitada. Sobre os Protocolos celebrados com as Entidades no mês de agosto, disse haver várias metodologias de acompanhamento dos mesmos e que quando os Protocolos definiam a existência de critérios de acompanhamento bem definidos, deveriam ser avaliados pelo respetivo Serviço.----------

--------- Relativamente à requalificação da Mata Vila Amália e a revogação do procedimento, disse que tinha sido lançado um Concurso Público para esta requalificação mas que tinha ficado "deserto" por ausência de concorrentes, tendo havido a necessidade de se fazer uma revisão de preços e que antes do lançamento de um novo Procedimento, o anterior teve de ser revogado.----------

--------- Em relação à questão sobre as gaivotas, disse não ter nenhuma informação, bem como sobre as luzes dos Pinheirinhos. Relativamente aos alunos da Michel Giacometti disse também não ter qualquer informação mas também tratasse de uma questão que não tinha de chegar à Câmara Municipal mas sim à própria escola ou à tutela da mesma.----------

--------- Sobre a situação do Covid-19, disse que a CMS tinha decidido, na sequência da última Resolução do Conselho de Ministros, publicar os números diários de casos para que houvesse uma perceção e evidenciar aquilo que era uma evidência que era o facto de a situação ter piorado no Concelho de Sesimbra no mês de outubro, não deixando de haver uma apreensão face áquilo que tinha sido uma subida gradual nas últimas semanas. Disse não ter havido publicação na passada sexta-feira, sábado e domingo porque entretanto, os números que chegaram precisavam de ser clarificados porque havia algumas divergências, sobretudo ao nível dos recuperados e com o aumento do número de óbitos. Disse ter havido uma retificação dos dados que tinham chegado ontem, tendo voltado a ser publicados. Referiu haver dificuldades óbvias num conjunto de concelhos na área da Saúde, com uma subida considerável em número de casos e que a situação do número de casos ativos era dispersa por todo o território do Concelho mas com uma incidência mais acentuada na freguesia da Quinta do Conde e que demonstrava já alguma apreensão, apesar da Autarquia não receber dados por Freguesia. Disse que estas informações relativamente ao número por freguesia eram depois partilhadas pelos parceiros em Sede de Conselho Municipal de Proteção Civil e aa Autoridade de Saúde. ----------

--------- Disse que era prática da Autarquia dar uma informação o mais concisa possível, dentro daquilo que eram as medidas aplicadas pelo Governo, e que se houvesse a necessidade de uma atuação, fosse ela diferenciada por freguesia, o que esperava não vir a acontecer, ou mais musculada ou coerciva e que estivesse ao alcance e dentro das competências do município para mitigar um aumento que pudesse ser mais dramático nos próximos dias, essa decisão seria tomada. Não estava colocado fora de hipótese, a

Autarquia poder vir a admitir esta situação. Disse haver estruturas de residenciais de idosos com casos positivos, quer em utentes, quer em funcionários, bem como o registo de casos em todos os Agrupamentos de Escolas, inviabilizando o funcionamento de alguns equipamentos Escolares. Disse haver também casos dentro da organização e da estrutura da CMS e que tinham vindo a ser geridos dentro daquilo que eram as regras e os Planos de contingência, as orientações da DGS e aquilo que era a decisão, sobre cada um deles, das Autoridades de Saúde.----------

--------- Sobre a questão colocada pelo Deputado José Guerra se haveria algumas medidas no quadro das turmas das escolas, disse que estavam implementadas pelas Unidades escolares, todas as medidas indiciadoras de uma maior segurança e prevenção de toda a comunidade escolar, não significando que não houvesse casos e que se acontecesse, a decisão seria sempre da Autoridade Local de Saúde relativamente ao encerramento e pelo que a Autarquia se tinha apercebido nos últimos tempos era que, com o aumento do número de casos positivos, bem como o número em vigilância ativa, a tarefa dos Técnicos da Autoridade de Saúde Pública era complexa. Salientou que as pessoas tinham de faze a sua vida mas que a Autarquia tinha de reintegrar, na consciencialização de cada uma das pessoas, o sentimento de segurança e de etiqueta que tinham de ter, sob pena da situação poder vir a piorar no Concelho.----------

--------- Relativamente à pergunta sobre o *email* do munícipe José Carlos André, disse ter a ver com uma questão de alojamento local numa moradia geminada, cuja matéria estava a ser acompanhada pela Fiscalização Municipal e que o Sr. já tinha sido notificado. Disse que a atividade estava licenciada e não carecera de nenhum parecer, à época deste licenciamento, porque as moradias estavam em propriedade horizontal. No entanto, existindo um licenciamento para uma moradia, só podia ser alugada a totalidade dos quartos e segundo as plataformas digitais, a Autarquia verificou que estavam a ser alugados quartos individualmente, ao contrário daquilo que era alegado pelo munícipe, que, a princípio, já teria sido notificado para a revogação da licença em alojamento local e para pedir uma nova licença, teria de ter a vistoria da CMS.----------

--------- Em relação ao Revisor Oficial de Contas, todo o processo tinha sido hoje remetido à Assembleia Municipal para deliberação da adjudicação do Revisor Oficial de Contas, não competindo à Câmara e toda a tramitação faria parte do Processo. Disse ter sido feita uma consulta prévia ao mercado, e que a empresa que tinha trabalhado com o município tinha apresentado uma proposta mas havia surgido uma proposta mais baixa, não se conhecendo a Entidade mas a apreciação seria agora feita pela Assembleia Municipal. O Presidente disse que esperava que esta empresa fosse mais rápida e mais célere, para bem daquilo que era a fiscalização e a leitura de documentos que esta Assembleia pudesse fazer, face aos *timings* do anterior

Revisor.----------

--------- Em relação às questões colocadas pelo Deputado José Braga, disse que a CMS e a AMS haviam deliberado não aceitar as competências mais dolorosas, que eram a Educação, a Saúde e a Ação Social, protelando até 2022. Salientou que 2 delas eram a Educação e a Saúde representavam um maior impacto, quer do ponto de vista financeiro, de recursos humanos e material num futuro orçamento municipal em dois sentidos: pela sua dimensão e pela falta que esse orçamento, vindo da Administração Central, representava naquilo que seria uma boa execução dessas mesmas competências. Todas as restantes eram competências que nenhuma delas tinha associada nenhuma transferência financeira direta, a não ser a questão das estradas e que ainda carecia de um Acordo da transferência de vias de comunicação de estradas nacionais para administração do município que agora tinha uma Legislação muito específica e que a Câmara tinha abordado numa reunião com as Infraestruturas de Portugal porque só tinha acesso ao valor os municípios que tinham aceitado estas competências e seria obrigatório um acordo com a IP, ou seja, não se tratava de uma transferência que "caísse" diretamente para o município. De acordo com os critérios de transferência, também tinha sido percebido que no exercício para a EN378 entre a Carrasqueira e Sesimbra, havia troços que teriam de ficar na esfera da Infraestruturas de Portugal (IP) porque não tinham nenhuma edificação confinante com as suas bermas, não fazendo qualquer sentido, pois da Carrasqueira até Santana seria estrada desclassificada para via municipal e depois haveria um troço da zona de Santana até se chegar à entrada de Sesimbra que seria Estrada Nacional e a partir daí seria novamente Estrada Municipal. ----------

--------- Disse haver uma matéria que, para o município, era a que preocupava mais para o ano de 2021 e que tinha a ver com a fiscalização do estacionamento nas zonas urbanas e bastava pensar na Vila de Sesimbra e também na Quinta do Conde, mas sobretudo na Vila de Sesimbra que era drástica, sobretudo no período da época balnear e que se esperava que no próximo ano fosse igual ou melhor que o ano de 2020. O que não seria mau de todo e era evidente que com a carência de efetivos das Forças de Segurança e com o facto da mesma passar para a responsabilidade do próprio município, seria fácil pensar que a questão de gestão do mau estacionamento dentro de uma área urbana como a Vila, passaria para a responsabilidade direta da Câmara Municipal. ----------

--------- Disse que o Projeto-Lei de 2014 da descentralização de competências, permitia que nas zonas concessionadas, pudesse ser o próprio concessionário a fazer a fiscalização desse estacionamento e que neste momento, a Autarquia estava num processo negocial que para além disso, também implicava a possibilidade de pagamento com Via Verde e também implicava uma reposição de equilíbrio financeiro

durante o período em que tinha sido determinado que não se aplicariam os parquímetros e também o facto do Parque do Calvário ficar inutilizado durante praticamente 2 anos. Referiu que esta matéria seria presente à AMS até ao final do ano ou até janeiro do próximo ano, com uma adenda ao contrato de concessão com a "Dornier", de reposição de equilíbrio financeiro e de inserção da fiscalização naquilo que era a operação, nomeadamente nas zonas concessionadas do estacionamento. ----------

--------- Relativamente aos meios ressarcidos para os municípios, disse ter havido uma informação pública com a possibilidade, por via do Fundo Social Municipal, de poder haver uma comparticipação dos municípios nas despesas diretamente relacionadas com o Covid-19 e que a Autarquia tinha enviado para a DGAL (em agosto), a despesa de julho, referente a 57.864,00€ imputados a remunerações de pessoas que tinham estado afetas ao combate ao Covid e ainda 52.000€ referentes à aquisição de bens e serviços, e no mês de junho, 223.000€ de remunerações e cerca de 135.000€ de aquisição de bens e serviços. Referiu que o mês de abril tinha sido o mês com o valor mais elevado com 457.000€ de remunerações e 140.000€ de aquisição de bens e serviços. Salientou que apesar do envio destes dados, todos os meses para a DGAL, não havia qualquer informação de que estes valores seriam ressarcidos.----------

--------- Quanto à questão do défice orçamental, disse que as Autarquias locais tinham sido dos maiores contribuintes líquidos para a recuperação do défice e era expectável que houvesse municípios que no final de 2020, não tivessem resultados positivos como haviam tido nos últimos 3 ou 4 anos. Disse que não havia ainda condições de se poder fazer essa avaliação de forma clara do município de Sesimbra, pois dependia ainda do comportamento de algumas receitas mas não era expectável que viesse a ter défice porque também tinha havido algum controle na questão das despesas. Havia questões que se gostava de ver concretizadas, sobretudo ao nível de pavimentação do espaço público e da rede viária que, infelizmente não tinha sido executada mas nestas circunstâncias, eram as opções que tinham de se tomar. Referiu que no final do mês de novembro já se teria uma aproximação mais clara daquilo que seria o resultado orçamental para este ano. ----------

--------- Quanto ao apoio ao Associativismo Local, disse que tinha sido deliberado um conjunto de apoios, ou seja, o compromisso assumido pala CMS em Protocolos era que, independentemente de não se realizarem as atividades previstas, os apoios mantinham-se. Disse que no caso do Movimento Associativo Desportivo, e era sabida a imprevisibilidade que existia atualmente com a retoma da atividade desportiva, particularmente a federada e que, garantidamente, não iria acontecer dentro dos moldes normais, tinha sido garantida a transferência exatamente do mesmo valor transferido na época anterior, mesmo sem atividade federada, pois muitos dos clubes mantinham a atividade física dos atletas. Disse ter sido também

acordado com as Escolas de Samba e Grupos Axé que, não existindo os desfiles de Carnaval no domingo e na terça-feira, haveria um Programa alternativo que poderia ter duas possibilidades. Uma seria no interior da Fortaleza, caso as condições climatéricas o permitissem, com o público reduzido ou, a segunda, sem público, apenas com gravação e transmissão em direto. Relativamente aos Santos Populares, disse que as Entidades que tinham participado no último ano e que não os tinham realizado este ano, por motivos óbvios, teriam o mesmo apoio, sendo que, tinham de garantir numa segunda tranche, que se conseguiria encontrar, também a exemplo do Carnaval, um Programa alternativo por forma a poder ter-se essa mesma atividade, sobretudo em formato digital. Esta foi a forma de se conseguir manter o Movimento Associativo estável e que também passava por muitas dificuldades uma vez que muitas das Associações viviam das comparticipações, por um lado, do Município mas por outro lado, das atividades que realizavam, dos bares que tinham, das iniciativas agendadas e, muitas vezes, da organização de festas para angariação de Fundos.

--------- Relativamente ao comércio local, disse haver uma assunção em dois sentidos. Por um lado, a implementação em conjunto, com as três Juntas de Freguesia com o apoio das Associações representativas dos respetivos setores, de um passatempo de Natal com o incentivo à realização de compras no comércio local muito dirigido à população do Concelho de Sesimbra, em que os prémios relativos a esse mesmo passatempo eram que as pessoas tivessem um conjunto de vales de compras no comércio local aderente. Para além disso, e tanto ou mais importante que esta iniciativa, era a deliberação tomada pelo Executivo e que teria de ter respaldo, ou numa adenda ao Regulamento de Taxas e Licenças ou por via da Lei do Orçamento de Estado que previa que fosse atribuída uma alteração Legislativa ao Governo para prorrogar o prazo que neste momento estava legislado pela Assembleia da república até ao dia 31 de dezembro e que era dos Municípios poderem, mesmo sem alterar formalmente os seus Regulamentos, poderem atribuir isenções parciais ou totais a taxas, sobretudo de incentivo económico e do ponto de vista social, sem terem de ir à Assembleia Municipal para a tramitação de alteração do Regulamento. Disse que a Autarquia estava preparada para ir por uma de duas vias, pela adenda ao Regulamento para o Governo poder ampliar, até 31 de dezembro de 2021, todas as isenções totais ou parciais, já deliberadas pela CMS até 30 de dezembro de 2020, sobretudo ao nível das taxas municipais, da taxa de ocupação do espaço público, da publicidade, das questões das concessões, dos operadores de mercado se manterem todas até dia 31 de dezembro de 2021. ----------

--------- Em relação ao ponto de situação sobre os hotéis em Sesimbra disse que segundo a informação atual, não existia nenhuma Unidade Hoteleira que se previsse encerrar, apesar de estarem com um défice bastante grande. Havia a ponderação de que algumas iriam recorrer ao *lay*-off durante 6 meses,

encerrando parcelarmente alguns dos seus quartos mas não havia indicação de encerramento total. ----- --------- Relativamente à Portaria de Extensão de Encargos do Tribunal de Sesimbra, disse que se desconhecia se seria publicada e que se tratava de uma autorização do Ministério das Finanças. Sobre o Protocolo para a retirada do amianto, disse toda esta operação era um "embuste" e uma propaganda por parte do Governo. Disse ser uma propaganda porque tinha sido anunciado que se iria retirar o amianto de todas as escolas do País através do financiamento a 100% por parte dos Programas Operacionais Regionais e que havia um valor indicativo de 55€ por metro quadrado que várias vezes, e publicamente, tinha sido indicado como sendo *"indicativo"*. Tinha sido indicado aos municípios, dos quais Sesimbra fazia parte e cujo financiamento seria integral. Disse também que em julho, a Autarquia havia sido confrontada com o envio de uma Minuta de Acordo da Colaboração e que era essencial para que o Município pudesse, por um lado, ter as Candidaturas aprovadas mas que era essencial, sobretudo para que executasse intervenções em instalações e equipamentos que não eram da sua responsabilidade, com uma indicação que na semana seguinte seria assinado com um conjunto de municípios. Na mesma semana, a CMS remeteu à Tutela que seria feita uma avaliação deste Acordo de Colaboração e que não estaria em condições de o ter deliberado pela Câmara no dia da assinatura dos Acordos. Disse que a proposta da Autarquia tinha sido remetida no dia 14 de agosto e consubstanciava duas alterações. Uma era que o município assumiria integralmente o pagamento das obras de remoção do amianto nas cinco escolas identificadas desde que o Aviso do PORLisboa, que já estava entretanto publicitado, garantisse o seu total financiamento. A segunda alteração era uma adenda que previa que se houvesse necessidade de desmobilização de alunos ou a criação de infraestruturas resultantes das obras de remoção do amianto nos estabelecimentos escolares, essa responsabilidade era do Ministério da Educação e que se porventura, um bloco ficasse sem salas e a Escola dissesse que não havia condições para a realização das aulas, o Ministério é que teria de arranjar uma alternativa e não a Câmara Municipal. Disse que até ao dia de hoje, ainda não tinha sido recebido qualquer *feed-back* sobre a proposta enviada. Referiu que o único *feed-back* recebido tinha sido à quarta tentativa, enviada pelo Secretário de Estado Adjunto da Educação, dando nota que tinha remetido a proposta para a Secretária de Estado da Educação para dar o devido seguimento. Disse que esta situação se mantinha, mesmo com insistências telefónicas, não obstante, no quadro de tentar resolver as situações, mesmo não sendo da competência da Autarquia, apesar de não ser valorizada por isso. Disse ainda que, no último dia da submissão da Candidatura, no dia 31 de outubro, a Autarquia havia entendido e auscultado a Entidade gestora se o poderia fazer com base numa declaração do Presidente da Câmara Municipal a dizer que se estava a aguardar a assinatura do Acordo de Colaboração. Referiu que na véspera, tinha sido lançada a

abertura dos Procedimentos, publicitada no Dário da República tendo sido submetidas as Candidaturas no dia 30 de outubro. No mesmo dia, a CMS e todos os outros municípios que o tinham feito, haviam sido surpreendidos com uma alteração ao Aviso, que dizia claramente que não era um valor indicativo de 55€ mas um valor máximo elegível de 65€. Disse que o preço médio do município de Sesimbra era de 120,00€ porque nem todas as escolas tinham um valor igual nas quatro empreitadas e que, tinha sido decidido deixar na mesma a submissão das Candidaturas na perspetiva de se ter um *feed-back*, que entretanto foram prorrogadas até ao dia 30 de novembro, nem que fosse a comunicação de que o Acordo não poderia ser alterado. Disse que ao encargo da Autarquia, seriam 500.000€ e que se tinha até ao final deste mês para ponderar e ver se era possível diminuir algum valor no Caderno de Encargos. Referiu que numa conversa com o Secretário de Estado da Coesão, havia diferenças entre a espessura dos materiais a utilizar relativamente ao "painel sanduíche", pois a CMS havia colocado 10cm e havia Câmaras a colocar 5cm. Referiu que o diferencial desta redução de 10cm para 5cm passaria de 575.000€ para 510.000€. Disse também que na passada semana, tinha tido a oportunidade de, em conversa com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) sobre o ponto de situação dos Projetos financiados da Autarquia, discutir esta matéria e que a informação era que a discrepância entre preços não era significativa nessa espessura e tinha a ver, eventualmente, com o estado da arte e das coberturas em muitas das escolas. Disse que era de uma total desconsideração não ter sido dado um *feed-back* da Tutela durante três meses, relativamente a esta matéria. ----------

--------- Sobre a questão da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse que não dependia da publicação do Protocolo e que tinha sido publicada em 2017, uma Portaria de Extensão de Encargos porque seria essencial para que a Secretaria de Estado pudesse assinar um Protocolo com a Câmara para a transferência de um conjunto de verbas para a realização daquele investimento, ou seja, antes da assinatura do Protocolo, tinha sido necessário ter a Portaria de Extensão de Encargos e que a CMS tinha um estudo prévio já apresentado mas que não tinha avançado para a adjudicação de nenhum Projeto de execução sem ter o Protocolo assinado e que a partir desta assinatura, foi adjudicada a execução do Projeto a duas empresas distintas e que levou cerca de um ano a ser elaborado. Referiu que antes do Orçamento de Estado de 2018, a Autarquia havia reunido com a Secretária de Estado para fazer um reescalonamento da Portaria de Extensão de Encargos, e que remetia para 100.000€ em 2019, o que se concretizara e que o remanescente de 2,9 milhões de euros seria repartido pelos anos de 2020 e 2021. Salientou que este reescalonamento não tinha sido respeitado. ----------

--------- Referiu que no final de 2019, a Autarquia tinha sido confrontada, à época, pela Secretária de Estado

da Educação, Susana Amador, de que se iria reescalonar a Portaria de Encargos, ao que a CMS disse que já estava tratado para se receber 100.00€ no ano de 2019 mas que a resposta tinha sido de que seria recebido 500.00€ apenas em 2020, 1,25 milhões em 2021 e 1,25 em 2022, ao que a Autarquia concordou. Disse que os 500.000€ correspondentes a 2020, se tratava de uma verba que a própria Secretaria de Estado iria deixar do seu orçamento e que não tinha a ver com nenhuma transferência suplementar por parte das Finanças para a execução desta obra. Disse que no início de 2020, ainda com a Secretária de Estado Susana Amador, tinha sido colocada uma questão pertinente à Autarquia com esta *nuance*: o município de Sesimbra, no âmbito do Acordo dos Fundos Comunitários do PORLisboa tinha como numa prioridade de investimento, um remanescente de cerca de 150.000€ na EPI 2.5 (Equipamento de proteção individual) que era a Educação e havia 3 hipóteses. Aquele dinheiro seria dado a outro município, avançaria a CMS com um Projeto que até chegara a equacionar para uma intervenção na Escola Básica do Casal do Sapo ou, melhor do que isso, a Autarquia assumiria, uma vez que já tinha o Projeto de execução da 2ª fase da obra da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, (requalificação da parte antiga), que neste momento era de 1,8 milhões de euros, tendo sido colocado à Tutela se haveria a possibilidade de aquilo que seria a comparticipação prevista, da Câmara Municipal, superior a 3 milhões de euros, ser integrada nos Fundos Comunitários, tal como tinha sido feito com a Unidade de Saúde de Sesimbra, ou seja, a comparticipação dos 3 milhões seria assumida pelo Estado Português como sendo a contrapartida Nacional e estava afalar-se em ir buscar apenas 100.000€. Foi dito que era possível não havendo nada em contrário, tendo até havido troca de comunicações nesse sentido. A CMS avançou e submeteu a Candidatura, tendo já recebido cerca de 50.000€ dos Fundos Comunitários e que não tinha ainda recebido os 100.000€ porque entretanto, a obra tinha parado. Entretanto, havia dois problemas, pois segundo o IGeFE (Instituto de Gestão Financeira da Educação), não era necessária a Portaria de Extensão de Encargos porque tinham meio milhão de euros no Orçamento da Secretaria de Estado para transferir para o município de Sesimbra mas que essa transferência só poderia ser feita com o Acordo publicitado. Esta situação já tinha um ano e o Acordo só tinha sido publicitado agora porque tinha estado à espera, de acordo com o Diário da República, e porque entretanto, também tinha havido alteração da Secretária de Estado da Educação. O entendimento da CMS era que deveria ter sido a Secretaria de Estado a publicitar e não a Câmara e o próprio Instituto Casa da Moeda tinha levantado um problema que era a publicitação de um Acordo assinado por um representante da Tutela que neste momento já não exercia aquelas funções e teve de se encontrar um espaço, e isto era informação do IGeFE, em que não houvesse nenhuma Publicação da Secretaria de Estado da Educação com a atual representante, titular da Pasta da Secretaria de Estado, para se publicitar aquilo que veio a

acontecer só no dia 30 de outubro.----------

--------- Neste momento, a CMS era confrontada pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE) de que só seria possível fazer esta transferência se a Autarquia renunciasse aos Fundos Comunitários porque não se podia ter uma duplicação de verbas, renuncia essa que acabou por acontecer e que neste momento a CMS estava disponível para um novo acordo. E que estava a aguardar mas que a única informação neste momento era que seria necessária a Portaria de Extensão de Encargos mesmo que o dinheiro estivesse já disponível para transferir para o município. ----------

--------- Quanto à questão dos pavilhões da escola e do contacto com o FOR-MAR, disse que tinham sido feitas algumas alterações na Escola Navegador Rodrigues Soromenho, sobretudo ao nível do bar e da biblioteca. Houve uma abordagem ao FOR-MAR para a cedência do espaço, tendo a resposta inicialmente sido positiva mas que depois se alterou, mesmo com a manifestação da disponibilidade da Câmara para fazer as intervenções que fossem necessárias para receber as turmas da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e até, eventualmente, para uma posterior utilização daquele espaço. ----------

--------- Quanto à questão do Deputado Lobo da Silva, disse que a Junta de Freguesia do Castelo já tinha um histórico nesta matéria, mais até que a CMS porque já tinha remetido mais vezes esta situação à Entidade licenciadora do que a própria Autarquia e que a resposta que se recebia era sempre a mesma de que se tratava de uma matéria que estava sobre o foro da Justiça, em particular do Ministério Público e investigação da Polícia Judiciária e que a Vice-Presidente da CMS e a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo seriam ouvidas no próximo dia 19 de novembro, tendo também sido já, alguma parte da população, ouvida sobre esta matéria, não havendo mais nenhuma informação para dar, além desta. ----------

--------- Relativamente às Brigadas Rápidas de Intervenção, disse que a informação que a Autarquia tinha era que existiriam mas que neste momento eram em número insuficiente, sobretudo na Freguesia da Quinta do Conde, face ao número de casos que estavam a ocorrer. Sobre os contentores da Amarsul, disse que se tratava de uma matéria que estava a ser acompanhada com a empresa mas que o único *feed-back* recebido era o aumento das tarifas por parte do Governo. ----------

--------- Em relação à vacinação nos Centros de Saúde, disse que estava prevista a assinatura de um Protocolo com a Associação Nacional de Farmácias para o reforço dessa vacinação nas farmácias associadas mas que quando chegou a "hora da verdade", não havia vacinas disponíveis para este reforço e que a informação também recebida pelos Centros de Saúde era que não havia necessidade da Autarquia fazer este acordo com as farmácias porque havia a garantia de todas as condições para que as pessoas com mais de 65 anos pudessem ser vacinadas e neste momento, não havia relato de que houvesse alguma falta de

vacinas.----------

--------- Relativamente aos lotes de terreno da Ribeira do Marchante, disse que não tinham havido mais permutas nenhumas para além daquelas realizadas entre 2011 e 2015. Sobre a Augi 24, disse que a Câmara teria cerca de meia dúzia de lotes e que algumas construções já estavam em licenciamento mas que a grande maioria eram lotes privados e não dependiam da Câmara Municipal. ----------

--------- Sobre os abrigos do Centro de Saúde de Santiago, disse que se admirava pela tónica como o Deputado Lobo da Silva colocava esta questão porque era aquela que a Autarquia não queria que passasse e que se amanhã houvesse a falta de um médico, iriam "bater" à porta da Câmara Municipal e parecia que havia alguma responsabilidade da CMS e que era isso que passava para a opinião pública. A Câmara podia resolver tanto como também o Agrupamento de Centros de Saúde o poderia fazer. Disse ter havido um pedido por parte do Centro de Saúde, uma avaliação com o Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida (ACES) e uma ponderação se a CMS teria elementos amovíveis que não fizessem falta e que estivessem disponíveis para o efeito e, dadas as circunstâncias de localização que era mais ou menos fechada naquele terrado e tendo em conta que tinha havido autorização da Santa Casa da Misericórdia que tinha sido pedida pelo ACES, a Autarquia colocou as três tendas. Referiu que não tinha sido pedido para mais nenhum Centro de Saúde e que a informação atual da USF do Castelo era que os utentes já estavam a utilizar a sala de espera em condições normais, o que deveria acontecer nas outras Unidades sempre que houvesse condições. ----------

--------- Disse saber que a Junta de Freguesia da Quinta do Conde havia ponderado também colocar, se fosse necessário, na USF da Quinta do Conde mas tal não tinha sido solicitado e se as Entidades entendiam que não era necessário, não seria a Câmara a decidir esta questão.----------

--------- Em relação ao ponto de situação do Santuário do Cabo Espichel, disse que o Concurso Público de Concessão deveria ter sido lançado no dia 28 de setembro e que havia um Órgão de Soberania que fazia questão de estar presente no lançamento deste Concurso e que era o Presidente da República e que como não tinha possibilidades de estar presente nesse dia, havia solicitado ao Turismo de Portugal e à Câmara Municipal se poderia adiar o lançamento deste Concurso. O Turismo de Portugal informou que a partir do dia 7 de outubro, o Presidente da República iria tentar encontrar uma data e que haveria de ser uma Cerimónia simbólica, face às condições atuais, mas até agora não tinha sido ainda encontrada uma data e teria de ser feita uma pressão no Turismo de Portugal porque o Programa REVIVE terminaria no próximo ano. Salientou que a Autarquia gostaria de ter presente a mais alta figura do Estado mas que não poderia estar pendente dessa disponibilidade de agenda. ----------

--------- Sobre as questões do Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), disse tratar-se de um instrumento que já tinha sido enunciado e publicitado há um ano e meio atrás e não tinha a ver com os Projetos do Plano de Resiliência. Disse que a única coisa que lá se encontrava era a rodovia com a intervenção da EN378, entre o Fogueteiro e Sesimbra mas não era especificado se era uma intervenção na atual rede viária ou se tinha a ver com a questão da Variante Carrasqueira-Porto de Abrigo, particularmente com a questão relacionada com o primeiro troço da Variante do Porto de Abrigo até ao Zambujal, sendo que neste caso, se estava a tentar jogar nas frentes possíveis relativamente a esta intervenção. ----------

--------- Relativamente à Escola nº2 da Quinta do Conde, disse que se perspetivava que as obras terminassem entre o final de dezembro e janeiro e que no início do 2º Período do ano letivo, todas as turmas do 1º Ciclo pudessem já estar nesta escola. Disse que faltava, na intervenção da própria escola, a construção do campo de jogos e obviamente, uma intervenção que era um procedimento à parte, que tinha a ver com os arranjos exteriores e toda a reabilitação e que percebia ser complicado neste momento, porque não se podia ainda alcatroar, sendo necessária uma consolidação das valas mas que no final das obras, seria um bem comum e uma garantia para todos os habitantes da Quinta do Conde que para além de ficarem com uma escola em condições, também teriam toda uma envolvente e que em termos de mobilidade e estacionamentos, também ficaria muito melhor do que anteriormente.----------

--------- Ainda sobre os Transportes Coletivos do Barreiro já fazerem paragem na EN10, disse que a CMS e a Câmara Municipal do Barreiro haviam publicitado essa situação mas que a Autarquia o poderia voltar a fazer. Disse que o Concurso de Concessão da nova operação de transportes estava a decorrer, e que à partida, a empresa dos TST seria adjudicada no próximo mês de janeiro e que se tudo corresse bem, a operação teria início entre fevereiro e março de 2021, sendo um período de transição de 9 meses, ou seja, no final do ano de 2021, toda a operação da TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa), que já tinha sido constituída e que tinha nomes para o Conselho de Administração também já indicados por parte das Autarquias locais e que operaria com o nome "Carris Metropolitana", com todos os autocarros amarelos e que ocorreria, integralmente, a partir do ano de 2021. ----------

--------- Em relação às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, disse que o balanço da época balnear era positivo do ponto de vista do funcionamento e que, quer do ponto de vista da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), da CMS e da Autoridade Marítima, tinha sido um desafio difícil de implementar e que apesar de tudo, a Autarquia tinha recorrido à aquisição de uma prestação de serviços para ter os assistentes na praia para ajudar. Disse que do ponto de vista da APA e da Autoridade Marítima, a Câmara não tinha tido nenhum registo de dificuldades, apesar das praias terem estado quase lotadas,

com incidência particular numa praia não vigiada, chamada "Praia do Ribeiro de Cavalo". Do ponto de vista económico, disse que os únicos dados disponíveis neste momento, cedidos pela amostra do Observatório de Turismo de Lisboa, indicavam que o Concelho de Sesimbra tinha sido, no quadro da região de Lisboa, aquele que menos perda (de dormidas) havia tido durante os meses de julho e agosto. Disse ser um indicador que dava alguma satisfação à Autarquia, face às circunstâncias, senão a situação económica teria sido bem pior. Disse que a situação na cidade de Lisboa era dramática e que não gostava de estar "na pele", do ponto de vista daquilo que era a dificuldade das micro, pequenas e médias empresas e que não deixava de haver uma apreensão suplementar nesta fase e não tinha a ver, estritamente, com a situação atual, quer da resolução, quer do Estado de Emergência e as medidas associadas de restrições, com fortes impactos em setores fundamentais mas que, mesmo sem o estado de calamidade sucessivo, este período do ano funcionava muito com o mercado externo, sobretudo a hotelaria, restauração e pequenos serviços e que nesta fase era inexistente. Disse esperar que, as medidas entretanto anunciadas pelo 1º Ministro há dois dias atrás, relativamente ao setor da restauração, pudessem ser eficientes e se pudessem traduzir num apoio porque não se anteviam dias fáceis para a "nossa" economia e para o "nosso" setor social e familiar. ----------

--------- Disse que estava previsto o "Festival da Liberdade" realizar-se apenas se houvesse condições para tal e que seria em julho. Disse que também estava prevista a realização do "Super Bock, Super Rock" e que para este sábado de manhã, estava prevista a realização de um Fórum com 14 Associações na Quinta do Conde, algumas delas em regime de videoconferência e outras presencialmente. ----------

--------- Sobre a queda de blocos no Porto de Abrigo, a cerca de 20 m de distância do restaurante "Lobo do Mar", disse que a situação tinha sido reportada à APA pela Plataforma de Registos e que também tinha sido feita uma informação à Infraestruturas de Portugal sobre as pedras que estavam suspensas nas malhas da rede de suporte e que a Estradas de Portugal havia informado que esta situação estava a ser monitorizada e que iria ser intervencionada mas até à data, pelo conhecimento da CMS, nada tinha sido feito, não tendo sido também qualquer reposta sobre esta notificação. Disse que a APSS declinava esta responsabilidade, embora fosse na área marítima mas esta estrada encontrava-se sobre a jurisdição da Infraestruturas de Portugal. Disse haver a sensação que toda a gente estava a quere "lavar as mãos" mas que havia 2 responsáveis por esta questão, uma seria a APA e a outra as Infraestruturas de Portugal. -----

--------- Relativamente ao estacionamento do Largo do Calvário, disse estar previsto ser feita uma monitorização, bem como junto ao Refeitório Municipal com a colocação de uns blocos por uma questão de prevenção, estando aí prevista uma intervenção por parte da Câmara e outra por parte de um particular,

que era o proprietário do terreno.----------

--------- Sobre as questões das operações ligadas ao setor do Turismo estarem alinhadas com a Estratégia, disse que estavam alinhadas com os instrumentos que estavam no território em vigor e que ninguém estava a incumprir nenhuma ilegalidade nem a esconder a visão que se tinha. Disse que neste momento, grande parte dos solos com capacidade de edificabilidade ligada ao turismo estavam comprometidos do ponto de vista de terem já operações, quer fosse de licenciamento ou de pedidos de informação prévia vinculativos e não se justificava ter um expansionismo, uma vez que existiam já estes compromissos assumidos com continuidade na proposta da Revisão do Plano. Referiu que não havia nada de novo relativamente a esta matéria, a não ser a execução daquilo que era a visão estratégica que se tinha e que tinha respaldo na procura, relativamente áquilo que tinha sido a implementação do ponto de vista do PDM daqueles solos dedicados a esta área, sobretudo de fruição turística.----------

--------- Relativamente à luminárias da Quinta do Conde, disse que não saber se tinha a ver com a questão do Projeto com a EDP do "Sesimbra Led" com a substituição das lâmpadas.----------

--------- Relativamente à zona da Aiana, confirmou ter havido uma queimada durante o dia de hoje e que tinha sido autorizada pelo ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), que mesmo feita pela Câmara Municipal, era acompanhada pela Proteção Civil e pelos Bombeiros Voluntários. Foi criado algum alarmismo na zona mas tratara-se de uma queimada controlada e autorizada e que se tinha realizado dentro dos trâmites normais e que tinha a ver com a queima de detritos que o município foi apanhando ao longo dos caixotes do lixo e das bermas, tendo sido necessária a realização dessa operação perto do cemitério.----------

--------- Sobre o Acordo com o Abrigo dos animais que não existia no Concelho, disse que o problema atual era que nem a Associação Bianca tinha maior capacidade de resposta face áquilo que eram as necessidades de se instalar animais e que o Canil/Gatil ainda não estava em funcionamento, embora a obra já tivesse sido rececionada, faltando ainda a ligação à EDP e a ligação de infraestruturas de telecomunicações, a comunicação do AVAC, que não estava no Projeto, algumas modificações e ainda o mobiliário e a estimativa era que em janeiro ou fevereiro houvesse condições para a sua inauguração. Informou que, apesar disso, já estava ocupado por cerca de 40 gatos devido a uma ação de fiscalização efetuada pela GNR há alguns dias, numa cidadão que fazia um ajuntamento de animais, apesar de ainda não estar a funcionar mas não havia outra alternativa e a única Entidade era esta em Palmela e que estava licenciada pela DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária) e que tinha disponibilidade, em termos de instalações para receber os animais do Concelho de Sesimbra, senão, teriam de ser colocados em situações dramáticas sem quaisquer

condições. ----------

--------- Em relação às rendas dos Bancos e das casas, disse não ter qualquer informação e sobre as grandes obras e operações de grandes operações resultantes de Acordos com a Administração Central, disse que, neste momento, os investimentos estavam a entrar em grande velocidade cruzeiro e que na próxima semana, teria início a obra de construção da Unidade de Saúde de Sesimbra. Referiu que já tinha sido iniciada a obra de demolição do atual Edifício do Bloco da Mata há cerca de três semanas atrás. Disse que estava estimado que a obra de reabilitação da Capela de S. Sebastião tivesse início na última semana de novembro e que até ao final do ano, teria início a obra do UP10 na Quinta do Conde, tendo sido já assinado o contrato. Referiu ainda que se estimava que no início do próximo ano, se iniciasse a obra do PAMUS da Azoia (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável). Disse ainda, respondendo ao Deputado Sérgio Faias, que a Autarquia estava com um problema com a empresa, que já não era pública, porque tinha ganho um conjunto de Concursos e já não estava a conseguir dar resposta aos prazos e esta obra tinha de ser terminada até dia 30 de outubro, tendo já sido feita uma prorrogação suplementar ao PORLisboa e que era o PAMUS Santana- Maçã e que o PAMUS Santana-Cotovia ainda tinha uma reprogramação até abril do próximo ano e curiosamente, também tinha sido a mesma empresa que tinha ganho o PAMUS Aldeia Nova da Azoia-Azoia. Disse que apesar de ser uma empresa local com cerca de 60 trabalhadores locais, não tinha sido fácil fazer esta gestão, sobretudo desde o falecimento daquele que era o principal responsável. -----

--------- Disse ainda a obra da requalificação da Mata da Vila Amália teria início no próximo ano e que já era uma ambição antiga. ----------

--------- Salientou que, o esforço feito pelo município para extravasar aquilo que eram as suas competências, sobretudo para a implementação de Projetos e obras que não sendo da sua responsabilidade, eram estruturantes para a vida do Concelho e sobretudo para a vida das pessoas, era verdade que nesse aspeto, tinha havido uma boa relação entre o Governo e a Autarquia até à negociação do Tribunal, da Unidade de Saúde, da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e esperava que o Quartel da GNR da Quinta do Conde não funcionasse tanto assim e que os terrenos não eram cedidos, ficando o Quartel em nome da Câmara, sendo uma forma diferente e melhor, na sua opinião. Disse que se esta boa relação, na disponibilidade mútua e mais acentuada por parte da CMS, era uma realidade, a concretização dessa mesma disponibilidade tinha sido um desastre e até agora, a preocupação que se colocava neste ano na Escola Navegador Rodrigues Soromenho, começava a trazer preocupações relativamente a outras operações como a Unidade de Saúde de Sesimbra, a concretização da Unidade de Saúde da Quinta do Conde, que não sendo uma intervenção da CMS tinha tido a cedência dos lotes por parte da Câmara mas

que se não houvesse a extensão da Portaria de Encargos, estavam sujeitos a perder o financiamento do PORLisboa e da Própria Administração Regional. Disse também ser impensável aquilo que se estava a passar com o Tribunal pois sempre que se entregava um Projeto de execução, já tinha de haver uma Revisão de preços e a Câmara não a iria pagar e que aquilo que era uma boa relação não se consubstanciasse num desastre financeiro do município no próximo ano porque iria ser muito necessário para a concretização dos investimentos que estavam em curso.----------

--------- Tomou do uso da palavra o **Vereador Francisco Luís** que disse que em relação à queimada realizada esta tarde na Aiana, não tinha ocorrido nada de anormal e que, inclusivamente, havia operacionais da Proteção Civil no local a monitorizar essa mesma queima até estar devidamente segura. Relativamente ao Covid-19, disse que na última reunião da Comissão Municipal da Proteção Civil ocorrida na semana passada, e face à circunstância da Quinta do Conde ser a freguesia que mais preocupava as Entidades, houve a necessidade da GNR monitorizar com mais frequência tudo aquilo que fosse fenómenos anormais nesta freguesia com o reforço de meios e viaturas e desde esse dia que esse trabalho estava a ser feito. Sobre o Centro Hospitalar de Setúbal, uma Entidade presente nesta Comissão pela Enfermeira Solange Português, disse que este Centro Hospitalar estava a acautelar-se e já a tomar medidas internas face áquilo que se pressupunha ser um aumento de casos que iriam acontecer e sendo o Hospital de referência para o Concelho de Sesimbra, estavam a ser tomadas medidas para que a capacidade para os casos Covid fosse aumentada para fazer face a este aumento. Em relação à Autoridade Local de Saúde, disse que tinha sido colocada a questão de que a CMS poderia disponibilizar, caso esta Autoridade tivesse necessidade de acompanhar e fazer o rastreio dos contactos dos casos positivos com o auxílio de Técnicos da Câmara Municipal mas que tinha sido dito não ser necessário, uma vez que a equipa tinha sido reforçada com mais 2 pessoas para a realização do trabalho para a prevenção do Covid.----------

--------- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o "Período da Ordem de Trabalhos", e foi solicitado pelo Rui Rodrigues a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. ----------

--------- Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos.----------

--------- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.